

Aviso nº 1.360 – C. Civil

Em 19 de dezembro de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria, e, também, o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Serra Leoa, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 276, DE 2007

(Mensagem nº 987/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o § 1º do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com § 1º do art. 46 do Anexo I ao Decreto 112 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao

Paquistão, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

Os méritos do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio da Silva**.

EM Nº 396 MRE – DP/DSE/SGEX/AFEPA/G

Brasília, 12 de dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, bem como no art. 46, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Samuel Pinheiro G. Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA

CPF.: 40032540744

ID.: 5724 MRE

- 1949 Filho de Carlos Alberto da Fonseca Costa Couto e Célia Sette Câmara da Fonseca Costa Couto, nasce em Belo Horizonte - MG, em 13 de setembro de 1949.
- 1973 Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- 1975 CPCD - IRBr
- 1975 Terceiro Secretário, em 11 de setembro
- 1975 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
- 1977 Mestrado em Direito da Energia Nuclear, Comissão Nacional de Energia Nuclear
- 1978 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário
- 1978 Segundo Secretário, por antiguidade, em 12 de setembro
- 1980 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro Secretário
- 1980 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Cavaleiro
- 1981 CAD - IRBr
- 1982 Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de dezembro
- 1984 Divisão de Operações Comerciais, Chefe, substituto
- 1985 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, Chefe de Gabinete
- 1988 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe, substituto
- 1988 Medalha do Mérito Santos Dumont,
- 1988 Ordem de Rio Branco, Oficial
- 1988 Medalha do Mérito Tamandaré
- 1988 Divisão de Protocolo, Chefe, substituto
- 1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
- 1989 Divisão de Protocolo, Chefe
- 1990 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1992 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comerciais, Chefe de Gabinete

- 1993 Divisão de Integração Regional, Chefe
- 1993 CAE - IRBR - O Brasil, o Trigo e o Mercosul
- 1993 Ordem do Mérito, Equador, Comendador
- 1994 Presidência da República, Subchefe do Cerimonial
- 1994 Ministro de Segunda Classe, em 22 de dezembro
- 1995 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
- 1997 Comitê Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Representante do Brasil
- 1997 Ordem do Mérito Civil, Portugal, Grande Oficial
- 1997 Ordem do Mérito Naval, Comendador
- 1998 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
- 1998 Consulado-Geral em Zurique, Cônsul-Geral
- 2002 Embaixada em Jacarta, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

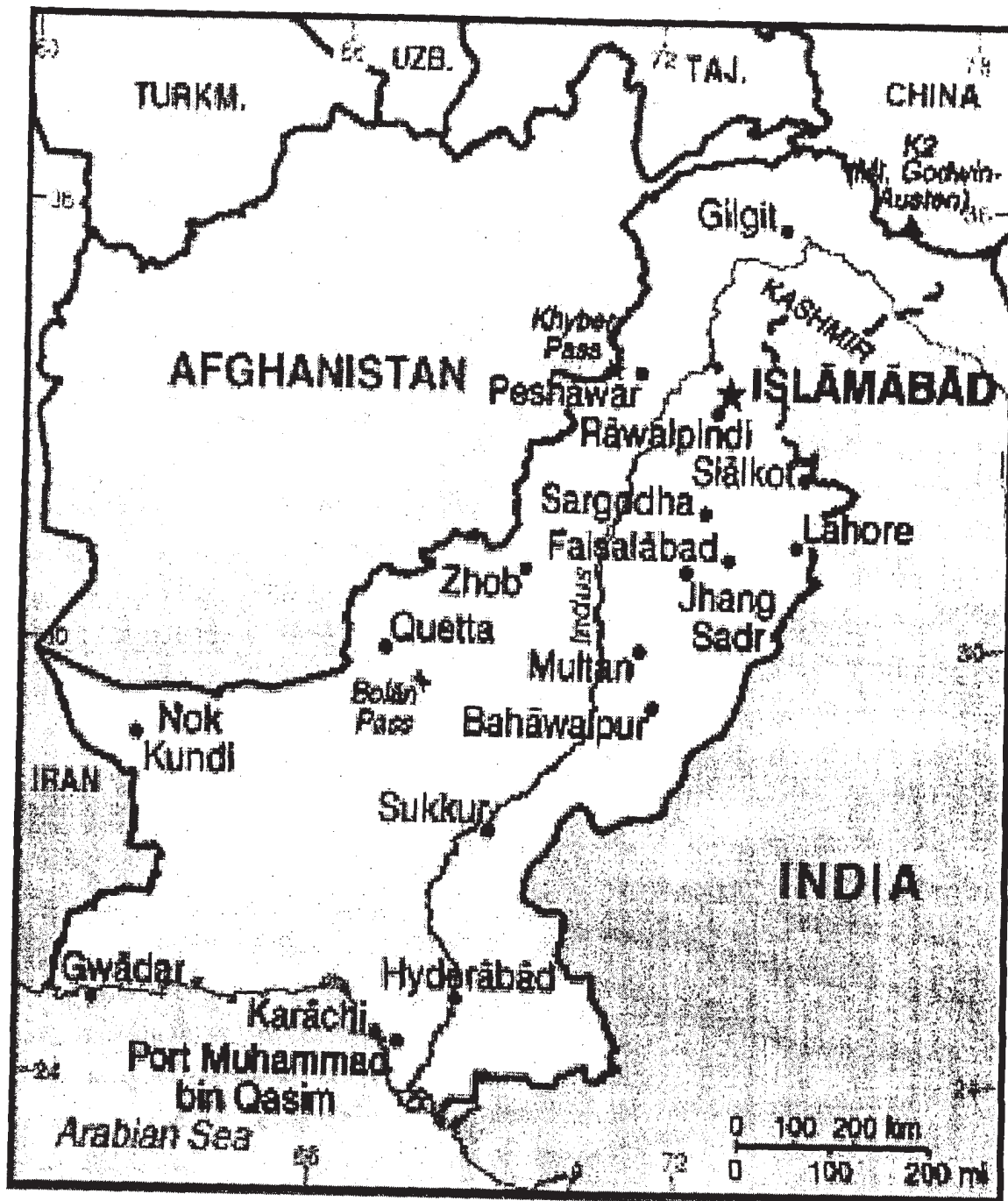
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
Divisão da Ásia e Oceania I**

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

DADOS BÁSICOS

Abril de 2007

DADOS BÁSICOS



CAPITAL	<i>Islamabade</i>
ÁREA	796.095 Km2
POPULAÇÃO (2006):	159,6 milhões
IDIOMAS:	<i>Urdu (língua nacional) e inglês (oficial). Outras línguas: Punjabi, Sindhi, Pashto e Balochi</i>
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica (sunitas: 77%, xiitas: 20%); minorias cristã, hindu, parsi, zoroastrina (3%)
SISTEMA POLÍTICO:	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	<i>Presidente Pervez Musharraf</i>
CHEFE DE GOVERNO:	<i>Primeiro-Ministro Shaukat Aziz</i>
CHANCELER:	<i>Ministro Mian Khursheed Mehmood Kasuri</i>
MINISTRO DO COMÉRCIO:	<i>Sr. Humayun Akthar Khan</i>
PIB (estimado-2006):	<i>US\$ 128,9 bilhões</i>
PIB PER CAPITA (2006):	<i>US\$ 807,00</i>
UNIDADE MONETÁRIA:	<i>Rúpia paquistanesa</i>
ESPERANÇA DE VIDA:	<i>63 anos (homem), 63 anos (mulher)</i>

Fonte: The Economist e BBC.

PERFIL DO PAÍS

O Paquistão se situa no sul da Ásia, confinando com a Índia, o Afeganistão, o Irã e a China. O país tem uma extensão 803.940 km². A população soma cerca de 170 milhões de habitantes. O grupo majoritário é de muçulmanos (97%). A base da economia é a indústria e a prestação de serviços (77% do PIB), apesar da grande importância da agricultura, que emprega metade da população e gera 22% do PIB.

1. POLÍTICA INTERNA

O envolvimento das forças armadas na vida política paquistanesa é intenso em toda sua história independente. O General Pervez Musharraf, entretanto, ao assumir o poder em 12/10/99, buscou legitimar o seu governo com medidas democráticas: manteve a constituição de 1973 (ainda que emendada, a fim de permanecer na presidência do país até 2007); autorizou o funcionamento dos partidos políticos; realizou eleições parlamentares, em outubro de 2002, das quais emergiu um Primeiro-Ministro, Zafarullah Jamali, e um parlamento nacional (com uma aliança partidária majoritária – administrada – favorável ao Centro); e permitiu a liberdade de imprensa.

Embora o Governo afirme a vigência da democracia, o sistema político encontra-se sob firme controle do Presidente, na busca de projeto de pacificação do país e de modernização da economia. Prova disso foi a renúncia do Primeiro-Ministro Jamali no final de junho de 2004, sucedido por Shaukat Aziz, tecnocrata afinado com o mundo das finanças internacionais e com o projeto político-desenvolvimentista do Presidente. Aziz, que acumula a pasta das finanças e tem por encargo principal gerenciar a economia paquistanesa. Também administra a burocracia, liberando Musharraf e seu "braço direito" parlamentar, o Presidente da "Liga Muçulmana do Paquistão", Chaudry Shujaat Hussain, para enfrentarem os dois principais desafios ao desenvolvimento do país: o processo de reformulação partidária e a contenção ao ativismo islâmico.

O universo político-partidário encontra-se fragmentado. Os partidos nacionais estão ora na oposição, como o "Partido do Povo do Paquistão" (PPP), de Benazir Bhutto, ora cindidos, como é o caso da "Liga Muçulmana do Paquistão" (PML), de Nawaz Sharif, que se separou entre a ala que se manteve fiel a Sharif (PML-N) e a que se passou a constituir a base parlamentar do Governo, a PML. Bhutto e Sharif estão banidos do país. Como nenhum partido alcançou número de assentos suficiente para dominar o parlamento, em 2002, a PML passou a depender da aliança instável com uma coligação dos partidos religiosos, a "Muttahida Majlis-e-Amal" (MMA), terceira maior bancada na Assembléia Nacional.

A aliança com a MMA elevou a liderança político-religiosa a fiel da balança, com os "mullahs" cada vez mais envolvidos no universo político. Essa intrusão

contrapõe-se ao compromisso de Musharraf com os norte-americanos, após o 11/9, de erradicar o fundamentalismo talibã/Al Qaida do território paquistanês. Confronta-se, sobretudo, com o propósito governamental de promover o islamismo secular, já que a "laicização" da vida pública é um dos pilares da doutrina da "moderação esclarecida" do Presidente. Nesse quadro, o governo central banuiu os partidos religiosos mais radicais, muitos dos quais, contudo, renasceram com denominação diversa, e os mais fanáticos engrossaram as fileiras irredentistas. Os que conseguiram institucionalizar-se agruparam-se na MMA.

O acirramento da resistência fundamentalista levou o governo a empreender campanha militar, sobretudo na fronteira afegane-paquistanesa. Ali refugiam-se os ativistas talibãs e a estratégia do Governo tem sido penetrar nessa região remota, a mais desmunida do país, por meio de projetos de infra-estrutura que mudem radicalmente seu perfil. Encontra, contudo, resistência das lideranças tribais.

Está prevista a eleição de novo Presidente em outubro de 2007. O presidente é escolhido por um colégio eleitoral e, na ausência de uma oposição de vulto ao Presidente Musharraf, espera-se que este seja reeleito.

2. POLÍTICA EXTERNA

A política externa paquistanesa repousa sobre dois eixos: as conturbadas relações com a Índia e a aliança pendular com os Estados Unidos. A partir deles defluem vários vetores, com primazia para o entorno regional, sobretudo a vizinhança imediata, e o mundo islâmico.

As relações com a Índia:

O estado latente de beligerância tem custado caro – literalmente – aos dois vizinhos: o orçamento destinado ao estamento de defesa, no Paquistão, correspondeu, em 2004/2005, a 4% do P.I.B e 60% do orçamento nacional. Mais custosa ainda tem sido a incapacidade do continente sul-asiático de acompanhar o paradigma econômico que a globalização vem esculpindo na Ásia: ainda que a Índia esteja emergindo como um dos novos líderes mundiais, o clima de instabilidade na região continua a afastar os investidores internacionais, sobretudo no caso do Paquistão.

As rivalidades, que levaram os dois vizinhos a três guerras e aos testes nucleares de 1998, têm tomado um rumo diferente desde o final de 2003, quando o Presidente Musharraf decidiu declarar um "cessar-fogo" unilateral ao longo da Linha de Controle. A partir de então, e sobretudo após janeiro de 2004, os dois decidiram engajar-se em mais um exercício para a normalização das relações, o chamado "diálogo multidisciplinar" ("composite dialogue"). Selecionaram-se os oito grandes temas, pontos nevrálgicos das relações bilaterais, incluindo discussões abrangentes sobre a Caxemira. Em julho de 2004, aconteceu a primeira rodada de negociações e desde então, numerosas reuniões bilaterais ocorreram em Islamabad e Nova Delhi. Não obstante a dificuldade para avançar em temas de interesse "nacional", tópicos

voltados para a “construção da confiança” (“confidence building measures”) e/ou voltados para interesses básicos tiveram evolução positiva, podendo ser citados o estabelecimento de linhas de ônibus ligados aos dois lados da Caxemira, o repatriamento de prisioneiros, a abertura das fronteiras para o trânsito de caminhões de carga, entre outros. Cabe igualmente assinalar o estabelecimento de sistema de alerta –“early warning system” – para prevenir ataques missilísticos.

O grande gargalo reside, porém, na questão da Caxemira, malgrado a vontade política dos líderes máximos dos dois países de não retrocederem no intento de equacional este tema fundamental para ambos. Interesses subjacentes, obrigam os dois lados a assumir extrema cautela no processo. No cerne da questão reside o plebiscito mandatário das diversas resoluções da ONU sobre o litígio. As autoridades dos dois lados dão indicações de que almejavam descartar essa iniciativa em prol de acordo entre lideranças políticas, que julgam alicerçado no desejo da maioria das populações, em ambas as partes, de viver – e interagir – em paz. Contudo, partidos e militâncias políticas não conseguem superar os ressentimentos históricos, que, em última instância, lhes dão finalidade.

As relações com os Estados Unidos têm-se alternado entre momentos de estreita aproximação e de distanciamento, o último dos quais em 1998, na seqüência dos testes nucleares. O movimento pendular leva a elite paquistanesa a acusar os norte-americanos de não confiáveis, embora o Paquistão, ao contrário, defina-se como o "maior aliado dos Estados Unidos na Ásia".

Em 1998, os Estados Unidos lideraram boicote à ajuda para o desenvolvimento, o qual quase levou o país à insolvência. Entretanto, os atentados de Nova York de 11/09 impulsionaram uma vez mais o pêndulo a favor das relações, fruto do apoio empenhado paquistanês no combate ao terrorismo talibã-Al Qaida. Voltaram os financiamentos do Governo norte-americano, que se transformou no advogado do Paquistão junto aos demais países quanto a sanções financeiras.

Os Estados Unidos asseguram que as relações continuarão a se aprofundar, inclusive na esfera militar e de defesa (recorda-se, a propósito, que em meados de junho a administração Bush elevou o Paquistão à condição de "maior aliado da OTAN" no contexto do "Arms Export Control Act"). Essas promessas, porém, têm de ser matizadas, à luz das relações que Washington está desenvolvendo com a Índia, foco real da sua política no Subcontinente. Não obstante, visitas de alto nível realizadas no primeiro semestre de 2005 – a da Secretária de Estado Condoleezza Rice, em 16-18 de março, e a do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, 13 de abril – sinalizaram a disposição do governo norte-americano em tranquilizar o Paquistão com relação à “parceria estratégica” entre os Estados Unidos e a Índia.

No entorno imediato, além da Índia, dois são os vetores principais da diplomacia paquistanesa: o Afeganistão e a China. O Paquistão tem participado de vários projetos de reconstrução no Afeganistão e constitui um dos seus principais

mercados. Cabul necessita do apoio de Islamabad para erradicar o terrorismo talibã/Al Qaida do seu território, sobretudo na região das fronteiras comuns.

A China, por sua vez, declara-se "o amigo de todas as horas" ("all weather friend"). Os dois vizinhos, porém, já viveram momentos de confrontação, em razão das disputas sobre as fronteiras no Karakoram Pass; chegaram, todavia, a um acordo, em 1963, jamais reconhecido pela Índia. A partir de então, as relações se adensaram e a cooperação bilateral voltou-se também para as sensíveis áreas nuclear e missilística. A China tem também participado ativamente de grandes projetos de infra-estrutura no Paquistão.

No que respeita ao mundo árabe e ao Islã, muito embora o Governo afirme que o relacionamento com os países islâmicos é a pedra angular da sua política externa, a aliança tem muito de retórica, diante das diferenças religiosas (sunitas, como a maioria do Paquistão, e xiitas) e étnico-culturais (árabes e não-árabes, como o Paquistão) que os afastam, bem como quanto ao entendimento de como devem encaminhar a "jihad", principalmente no Afeganistão. Nesse contexto, o maior aliado islâmico de Islamabad continua a ser a Arábia Saudita, que financiou a educação fundamentalista nas madrassas paquistanesas e cuja ajuda econômica é até hoje substancial. No que respeita ao Iraque, o Paquistão decidiu não enviar tropas para integrar o contingente das forças de paz sob os auspícios da ONU. O ponto de conagraçamento continuará a ser, portanto, a Organização da Conferência Islâmica (OIC), terreno neutro e "supranacional", onde poderão todos confirmar a fé no Profeta e a unidade de seus seguidores.

Nos foros internacionais, a questão que mais tem mobilizado a diplomacia paquistanesa é a da reforma do Conselho de Segurança da ONU. À medida que o tema assume maior engajamento – e urgência – cresce o proselitismo paquistanês contra a ampliação do número de membros permanentes do CSNU. O catalisador dessa posição é, obviamente, a Índia, já que o Paquistão favorece a reforma do sistema, como um todo, e do Conselho, em particular.

3 – ECONOMIA

Nos primeiros vinte anos pós-independência, a economia do Paquistão registrou os mais altos índices de crescimento da Ásia. Entretanto, políticas econômicas adotadas a partir da década de 70 privilegiaram gastos em defesa, em detrimento dos programas para desenvolvimento e redução da pobreza – o que resultou na redução da taxa de crescimento de 6%, na década de 80, para 4%, nos anos 90, com crescimento dos índices de pobreza. O Paquistão tornou-se a economia asiática com menor crescimento relativo.

O regime que se instalou em Islamabad em 1999 encontrou a economia depauperada, em parte devido às sanções impostas por países desenvolvidos após os testes nucleares paquistaneses de 1998. A decisão de conferir prioridade, numa primeira etapa, à estabilização da economia sobre o seu crescimento decorreu de

pressões do FMI quanto ao programa de ajuste estrutural aceito pelo Paquistão em 01/07/1997.

O apoio de Musharraf aos Estados Unidos no combate ao terrorismo, após o 11/09, estimulou a economia. Com o suporte norte-americano, as instituições internacionais de crédito retomaram projetos de apoio e os membros do Clube de Paris renegociaram a dívida. Assim, a comunidade internacional propôs-se a canalizar para o Paquistão quase US\$ 6 bilhões. Aliviada a pressão externa, as autoridades locais puderam concentrar-se, a partir de 2002, numa política focalizada para a estabilidade macroeconômica.

O dado principal relevado pelos analistas econômicos foi o crescimento do PIB, de 7,3% em 2005 e estimado em 6,2% em 2006. Recorde-se que, em 2004, a taxa de crescimento já havia sido de 8,3% e que, nos anos anteriores a média foi de 4,5%.

Fruto desse crescimento, o PIB per capita vem aumentando continuamente: US\$ 807 em 2006 e US\$ 711 em 2005, superior aos US\$ 638, de 2004, e os US\$ 579, de 2003. Os fatores principais desse aumento, segundo o documento, foram a aceleração do crescimento do PIB real, a estabilidade da taxa de câmbio e o acréscimo significativo da remessa de dividendos dos expatriados paquistaneses (quatro vezes superior à do ano passado).

O incremento dos investimentos totalizou 16,9 % em 2005 (contra 17,3 % em 2004). A razão dessa diminuição, segundo o relatório, foi o declínio das inversões no setor público, resultado de uma política de maior austeridade. Em contrapartida, a participação do setor privado cresceu em 10,9%, refletindo o clima de confiança que desfrutaram, segundo a "survey", as políticas governamentais tanto na esfera empresarial quanto junto ao público em geral. Os investimentos diretos estrangeiros cresceram 17,2 % em 2005 com referência ao igual período em 2004 e ultrapassaram a casa de US\$ 1 bilhão. O total dos investimentos – diretos e indiretos - oriundos do exterior foi quantificado em US\$ 1,027 bilhão em 2005 (contra US\$ 629,1 milhões, em 2004), grande parte resultado das inversões dos paquistaneses residentes fora do país.

Na contra-corrente desse diagnóstico positivo encontram-se os dados negativos com referência à inflação, ao déficit da balança comercial e ao balanço das contas correntes. De todos estes itens, o mais preocupante - e objeto de crescentes manifestações populares - é, sem dúvida o aumento acelerado da taxa de inflação: 7,4% em 2004 (contra apenas 2,9% em 2003), 9,1% em 2005 e 7,9% em 2006. As principais razões da espiral inflacionária seriam o aumento da demanda agregada na base da economia, que desequilibrou o fluxo da oferta das principais "commodities". A tal fator se soma um cenário internacional adverso, derivado da elevação do preço do petróleo e do incremento sem precedentes dos preços mundiais das "commodities"